

Carlos Alberto Faraco | Francisco Eduardo Vieira
[organização]

GRAMÁTICAS BRASILEIRAS

com a palavra, os leitores

Xoán Carlos Lagares
Fernando Venâncio
Roberto Mulinacci
Ana Maria Stahl Zilles
Marcelo A. L. dos Anjos
Ana Lima
Maria Filomena Gonçalves
José Borges Neto



Direção: ANDRÉIA CUSTÓDIO
Diagramação e capa: TELMA CUSTÓDIO
Revisão: KARINA MOTA

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

G771

Gramáticas brasileiras : com a palavra, os leitores / Xoán Carlos Lagares
...[et. al.] ; organizadores Carlos Alberto Faraco, Francisco Eduardo Vieira. -
1. ed. - São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
336 p.; 23 cm. (Lingua[gem]; 71)

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-7934-121-2

I. Língua portuguesa - Gramática. I. Lagares, Xoán Carlos. II. Faraco,
Carlos Alberto. III. Vieira, Francisco Eduardo. IV. Série.

16-32808

CDD:469.5
CDU: 811.1343'36

Direitos reservados à

PARÁBOLA EDITORIAL

Rua Dr. Mário Vicente, 394 -Ipiranga

04270-000 São Paulo, SP

pubx: [11] 5061-9262 | 5061-8075 | fax: [11] 2589-9263

home page: www.parabolaeditorial.com.br

e-mail: parabola@parabolaeditorial.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão por escrito da Parábola Editorial Ltda.

ISBN: 978-85-7934-121-2

© do texto, Carlos Alberto Faraco & Francisco Eduardo Vieira, 2016

© da edição: Parábola Editorial, São Paulo, junho de 2016

Sumário

APRESENTAÇÃO

Francisco Eduardo Vieira e Carlos Alberto Faraco 7

CAPÍTULO 1

GRAMATIZAÇÃO BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA DO PORTUGUÊS: NOVOS PARADIGMAS?

Francisco Eduardo Vieira 19

CAPÍTULO 2

GRAMÁTICA HOUAISS: O IMPOSSÍVEL EQUILÍBRIO ENTRE DESCRIÇÃO E PRESCRIÇÃO

Xoán Carlos Lagares 71

CAPÍTULO 3

GRAMÁTICA PEDAGÓGICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: APONTAMENTOS PORTUGUESES

Fernando Venâncio 93

CAPÍTULO 4

MODERNA GRAMÁTICA PORTUGUESA: HABEMUS GRAMMATICAM?

Roberto Mulinacci 113

CAPÍTULO 5

NOVA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: UM OLHAR SOCIOLINGÜÍSTICO

Ana Maria Stahl Zilles 149

CAPÍTULO 6

GRAMÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA PADRÃO:
(DES)CONTINUIDADES?

Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos.....187

CAPÍTULO 7

GRAMÁTICA DE USOS DO PORTUGUÊS:
METALINGUAGEM EM FUNÇÃO

Ana Lima.....216

CAPÍTULO 8

GRAMÁTICA DE USOS DO PORTUGUÊS: "USOS NA GRAMÁTICA"
E "GRAMÁTICA DOS USOS"

Maria Filomena Gonçalves.....237

CAPÍTULO 9

GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

José Borges Neto267

CAPÍTULO 10

GRAMÁTICAS EM PERSPECTIVA

Carlos Alberto Faraco e Francisco Eduardo Vieira.....293

REFERÊNCIAS.....319

OS LEITORES331

Gramáticas em perspectiva

Carlos Alberto Faraco e Francisco Eduardo Vieira

10.1. Múltiplos livros, um mesmo nome: gramática

Os capítulos deste livro revelam, mesmo aos leitores pouco familiarizados com as obras em tela, a forte heterogeneidade que marca o conjunto dos projetos de gramatização da língua dos brasileiros. As sete gramáticas brasileiras contemporâneas do português analisadas abraçam diferentes objetivos e objetos, se valem de referenciais teóricos particulares, selecionam temas e conteúdos específicos a seus propósitos e se organizam de maneiras bastante singulares, de modo que a própria palavra “gramática” dos títulos parece não ter um referente claramente identificável.

Dito de outra forma, se o termo “gramática”, em princípio, identifica um livro que tem como assunto uma apresentação abrangente de elementos constitutivos de uma língua ou de uma variedade dessa língua, o conteúdo de cada um dos nossos sete livros é tão amplo e diverso que não é absurdo nos pormos, ao cabo da leitura, a pergunta: o que é, afinal, uma gramática? Essa amplitude de escopo, contudo, não é obviamente

ponto negativo. Bem ao contrário. A língua é de tal modo complexa que, no seu estudo sistemático, é mais que desejável a existência de múltiplas aproximações e múltiplos enfoques.

Por outro lado, pode-se reconhecer um gênero "gramática" relativamente estável nos contornos dessas publicações. Guardadas as devidas particularidades epistemológicas, todas elas:

- apresentam certa reflexão teórica (enxuta ou pormenorizada) sobre a natureza e o funcionamento da língua(gem);
- descrevem aspectos da morfologia e da sintaxe do português brasileiro (ou do *português do Brasil*, ou ainda e somente do *português*);
- expõem conteúdos linguístico-gramaticais por meio de (sub)categorizações, definições e exemplificações, com base em usos linguísticos autênticos ou forjados;
- se valem de uma gama de termos que remontam à tradição gramatical greco-latina (*verbo, preposição, conjunção, demonstrativo, modo, voz, concordância, sujeito* etc.).

Porém, apesar desses traços em comum, é inconteste que cada obra acentua a seu modo a elasticidade e a plurivocidade do que se costuma ou se pode entender por "livro de gramática". Nesse sentido, acompanhemos resumidamente o que cada autor-gramático diz sobre o seu livro:

- **José Carlos de Azeredo** afirma que sua gramática foi escrita pela ótica de um professor de língua portuguesa, formador de futuros professores de português, que precisam ser apresentados ao que ele chama de *variedade padrão escrita do português em uso no Brasil*;
- **Marcos Bagno** diz que o propósito de sua gramática é preencher lacunas que existem na formação docente, apresentando os traços principais do que denomina *português brasileiro urbano culto contemporâneo* e propondo que esses traços sejam incorporados ao ensino de língua portuguesa ao lado das variantes elencadas pela tradição gramatical;
- **Evanildo Bechara** afirma ter escrito uma gramática normativa assentada no que chama de *língua padrão exemplar* e destinada a servir ao usuário que, através dela, busque aperfeiçoar seu conhecimento da língua;
- **Ataliba T. de Castilho** busca clarificar cientificamente a gramática do que denomina *português brasileiro*, a partir de uma perspectiva que ele classifica como multissistêmica de conteúdo funcionalista-cognitivista, que capta a língua em seu dinamismo, como

um conjunto articulado de processos distribuídos em quatro sistemas: o léxico, a semântica, a gramática e o discurso;

- **Amini Hany** apresenta sua gramática como sendo descritiva e crítica, e ao mesmo tempo uma tentativa de sistematizar “a tradicional teoria gramatical” de um chamado *português acadêmico*, com vistas ao ensino da *norma-padrão*;
- **Maria Helena de Moura Neves** afirma que sua gramática descreve sistematicamente os *usos escritos do português* (particularmente do Brasil), a partir do exame de ocorrências reais retiradas de um *corpus* de língua escrita e amparado em pressupostos do funcionalismo linguístico (sintaxe, semântica e pragmática integradas), refletindo sobre o papel da gramática na organização discursivo-textual;
- **Mário Perini** parte do pressuposto de que a gramática merece lugar no currículo escolar como disciplina científica, assume que a ciência não é um corpo de conhecimento, mas um método de obter conhecimento, e se propõe a fazer um trabalho científico e descritivo da *língua falada no Brasil*.

Com esse breve apanhado, vemos que há, no conjunto das sete gramáticas, algumas direções convergentes e muitas divergentes.

Azeredo e Bagno, por exemplo, embora apresentem produtos muito diferentes, coincidem no propósito de subsidiar a formação dos professores de português com informações sobre determinada variedade de referência: a variedade padrão escrita do português em uso no Brasil, para Azeredo; e o português brasileiro urbano culto contemporâneo, para Bagno. Inclusive, na gramática desse último autor, se atravessam reflexões de caráter didático-pedagógico sobre aspectos da morfossintaxe da língua. Fica dito que o público-alvo de Bagno é o professor de português da educação básica, seja atuante ou ainda em formação. Tal endereçamento é raro em se tratando da historiografia gramatical luso-brasileira.

Em certo sentido e guardadas as devidas diferenças stício-históricas, o propósito maior da *Gramática pedagógica* de Bagno se assemelharia ao do *Methodo grammatical para todas as línguas*, obra de Amaro de Roboredo (1619), que tinha como objetivos a defesa da prioridade do ensino de gramática portuguesa em relação à gramática latina e a crítica ao método jesuítico de ensino, o que a levou ao reconhecimento de usos linguísticos próprios do português de então. De modo análogo, a obra de Bagno, produto das demandas pedagógicas de nossa época em se tratando do ensino de língua e gramática, faz severa crítica à tradição

gramatical luso-brasileira e às consequências de se reforçar, em sala de aula, suas prescrições descabidas e seu confuso arsenal categorial e conceitual, ao passo que procura legitimar o ensino dos usos e normas próprios do português brasileiro.

Ainda que por outros caminhos, Haug e Bechara também se aproximam desse desiderato de Azeredo e Bagno. Haug idealiza sua gramática como contributo para o ensino do que chama variadamente de *norma-padrão*, *norma "cult"* (as aspas são da autora), *padrão ideal da língua escrita no Brasil*, *norma culta* (agora sem aspas) *oriunda da língua padrão* e *português acadêmico*. Por sua vez, Bechara assume sua gramática como normativa e a vincula igualmente à escola. Ele entende que a língua deve ser ensinada sob uma regulamentação necessariamente imperativa, tendo como alvo o que alternativamente chama de *norma-padrão*, *língua padrão exemplar*, *uso falado e escrito considerado culto*. Bechara defende ser tarefa da gramática ensinar a língua exemplar e lidar com os padrões de correção normativos, de modo a buscar isso em toda a extensão de seu livro.

Perini também pensa sua gramática como voltada ao ensino. No entanto, sua proposta vai em direção muito diversa das anteriores. Não nega a importância de estudar o que chama de português padrão. Na verdade, defende mesmo a necessidade de elaborar uma nova gramática para a língua padrão escrita, embora não acredite que haja uma vinculação efetiva entre o estudo da gramática e o desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita ou fala, ou mesmo do "conhecimento prático do português padrão escrito" (2010: 18). Entende, porém, que "se quisermos manter os estudos gramaticais na escola, temos de descobrir outra justificção para eles" (2010: 18). E é isso que tenta fazer com sua obra: orientar o ensino da gramática fundamentalmente como disciplina científica (o exercício do método analítico) e só marginalmente como disciplina normativa.

Desse modo, Perini é guiado por uma concepção científica de gramática em que estudar gramática é observar e eventualmente manipular os fatos da língua com o objetivo de construir hipóteses a respeito deles. Em outras palavras, a gramática não consistiria num "corpo de conhecimentos e resultados", mas sim num "método de obter esses conhecimentos e resultados" (2010: 32) e faria parte da formação científica indispensável ao cidadão do século XXI.

Neves e Castilho são os únicos que não vinculam suas gramáticas ao ensino, pelo menos não diretamente. Julgam seus trabalhos como

voltados ao estudo do funcionamento da língua. São as duas gramáticas mais próximas do que poderíamos chamar de um exercício de linguística “pura”. Nesse sentido, ambas as obras pretendem destrinçar os mecanismos constitutivos da língua visando não necessariamente ao estudante da educação básica ou ao professor de português, mas a todas as “pessoas que se sintam atraídas pelo mistério das línguas naturais”, nas palavras de Castilho (2010: 33), ou a toda “comunidade de usuários da língua”, do “falante comum” ao “estudioso”, no dizer de Neves (2000: 14).

Castilho se aproxima do objeto língua assumindo sua enorme complexidade e adotando, segundo ele, um modelo teórico de fundo funcionalista para descrevê-lo. Concebe a gramática como um tipo de sistema linguístico constituído por estruturas cristalizadas ou em processo de cristalização, dispostas em três subsistemas: o fonológico, o morfológico e o sintático. Neves também se assume funcionalista, mas se aproxima do objeto por um outro viés: busca apreender, nos usos, os mecanismos gramaticais da língua que mais diretamente assomam nos acionamentos em que se envolve determinada categoria, ligada a determinada função, num determinado processo.

É de se notar que Azeredo, embora mais voltado à aferição dos usos da chamada variedade padrão escrita, também declara refletir sobre o funcionamento da linguagem verbal, concebendo-a não só como meio de expressão/codificação do conhecimento em enunciados e textos, mas também na função de conceitualizar e categorizar a experiência de mundo e organizar o conhecimento. Azeredo defende que “as coisas do mundo, real ou imaginário, só se tornam objetos de nosso conhecimento quando adquirem o *status* de conceitos, ou seja, quando são aprendidas nas malhas de um sistema simbólico, como a língua que falamos” (2008: 47). Desse modo, “à medida que aprende sua língua materna todo indivíduo aprende com ela uma forma de conhecer o mundo e de se relacionar socialmente” (2008: 56). A linguagem não seria, pois, o “espelho do mundo”, como se ambos fossem estruturas separadas, como se nossos pensamentos fossem reflexos do mundo e a linguagem, seus rótulos. Além dessas duas funções da linguagem (forma de conhecimento e de expressão), outra função, para Azeredo, seria a de comunicação e atuação interpessoal.

Afora isso, Azeredo desenvolve na *Gramática Houaiss* sua noção de texto, bem como outras a ela relacionadas, a partir dos funcionalistas M. A. K. Halliday e Roman Jakobson, e de suas respectivas teorias sobre as *funções da linguagem*: função ideativa, interpessoal e textual

(Halliday); função informativa, emotiva, conativa, fática, metalinguística e poética (Jakobson). Os *atos de fala* da pragmática também são objetos centrais dessa exposição teórica (2008: 71-78), ainda que John L. Austin sequer seja mencionado e John Searle, apenas citado em nota de rodapé que referencia um de seus textos.

Ainda mais próximo a propósitos e vieses funcionalistas, Bagno destina capítulos iniciais de sua gramática a considerações de ordem teórica geral, criticando as abordagens mais formalistas, em favor de uma noção de língua enquanto atividade social e de um estudo da língua efetivamente em uso. O autor tenta concretizar esse intento por meio de uma análise das classes gramaticais seguindo o viés teórico da "lexicogramática", *pari passu* ao exame das potencialidades sintáticas dessas classes. De acordo com essa visão, a gramática de uma língua deve explicar a forma e a função das palavras, e, na maioria das vezes, a compreensão da forma só se torna possível quando processos sintáticos e de gramaticalização são investigados.

Outro componente funcionalista utilizado na descrição da língua empreendida por Bagno é a combinação entre *sintaxe*, *semântica* e *pragmática* para a produção do *discurso*, este último entendido como atividade sociocognitiva e intrinsecamente dialógica. Além disso, para o autor, são os usos frequentes e regulares de determinada forma linguística que condicionam as regras gramaticais e vice-versa. Assim, essa obra assegura ser de fundamental importância uma "abordagem discursiva" dos fenômenos linguístico-gramaticais: gramática, interação e discurso são apresentados como indissociáveis, na tentativa de os fenômenos gramaticais serem observados e descritos para além de suas dimensões sintáticas.

10.2. Empirismo e intuição na escolha dos dados gramaticais

A gramática de Neves é, das sete, a mais substancialmente empírica. Não há na gramática dados de intuição: a obra está completamente assentada em uma base de 70 milhões de ocorrências, armazenada no Centro de Estudos Lexicográficos da UNESP/Araraquara. Esse *corpus* abriga textos escritos retirados da literatura romanesca, jornalística, técnica, oratória e dramática brasileira desde 1950, entre outras, o que garante diversidade de gêneros e situações de enunciação, além de um relativamente amplo espectro temporal, na descrição que a gramática faz dos usos escritos do português do Brasil.

Numa escala (informal) de substancialidade empírica, segue à gramática de Neves a de Bagno, que embasa boa parte de suas análises em dados do projeto NURC (Norma Linguística Urbana Culta) e em enunciados retirados da imprensa escrita e digital. Em menor monta, Bagno também recorre a dados de intuição, quando constrói artificialmente sentenças (a)gramaticais para servir de exemplos. No entanto, esse procedimento metodológico costuma aparecer em ocasiões pontuais, para, por exemplo, exemplificar as ordens sintáticas CSV e VCS (2012: 455), introduzir o conceito de *proforma* (2012: 461), contrastar o paradigma de flexão verbal do inglês com o do português brasileiro (2012: 563-564), entre outros casos não relacionados diretamente à descrição morfossintática da língua, nem ao viés pragmático/funcionalista/discursivo que o autor tenta empreender em algumas abordagens.

O próximo na escala de força empírica é Azeredo, que se vale com liberalidade de dados de intuição, mas também recorre a dados selecionados de alguns textos literários relativamente contemporâneos¹ e lança mão de exemplos coletados na imprensa e em textos ensaísticos. Esse autor admite que a seleção de um *corpus* é um dos passos para uma gramática que se propõe a descrever determinados usos da língua (2008: 129). Todavia, não se pode dizer que haja efetivamente um *corpus* linguístico na sua obra, pois, além de os dados de intuição serem recorrentes (embora não predominantes) em todas as partes do livro, aspectos metodológicos envolvidos na constituição de um *corpus* linguístico não são mencionados, e os dados acabam servindo apenas como fontes de exemplos, igualmente ao que acontece nas gramáticas tradicionais.

Em outras palavras, na *Gramática Houaiss*, não é a partir de um *corpus* que as unidades são classificadas e as regras de seu funcionamento enunciadas; o movimento ocorrido é o contrário: os dados (reais ou de intuição) é que exemplificam categorizações e regras de funcionamento previamente configuradas, ou mesmo apenas abonam prescrições linguísticas:

¹ Dos trinta autores que aparecem na descrição morfossintática de Azeredo, os três mais citados são Carlos Heitor Cony (11 exemplos), Rubem Braga (11 exemplos) e Luis Fernando Veríssimo (10 exemplos), o que indica que as crônicas do cotidiano nessa gramática ocupam maior espaço que os romances e os poemas, gêneros literários preferidos da tradição. Além disso, exatos 80% desse conjunto de autores nasceram no século XX e cerca de 44% ainda estavam vivos no ano de publicação da gramática (2008).

9.12.2. Regras especiais

Sujeitos ligados por *nem*

Levam c verbo para c plural

- na 1ª pessoa, se um deles é c pronome *eu*

Nem *eu* nem *você* podemos sair daqui agora

- na 3ª pessoa, ncs demais casos

Nem *ela* nem *a irmã* sabiam o que estava acontecendo

"Só a morte arrancou c segredo que nem *o pai*, nem *c filho* *contariam* jamais."

[Rodrigues, 1993: 137] [...] (Azeredo, 2008: 229).

Também dedicada à modalidade escrita da língua, Haury usa basicamente exemplos literários, com largo apelo à obra de Fernando Pessoa, que a autora considera representar "o maior repositório de recursos sintático-semânticos da língua portuguesa" (2014: 33). Contudo, não explicita o critério que lhe serviu de base para tal juízo, nem mesmo esclarece como a obra do poeta português se relaciona com o "padrão ideal da língua escrita no Brasil" (2014: 33). Haury também acrescenta exemplos retirados de alguns ensaístas brasileiros e de textos legais como a Constituição Federal e os Códigos Civil e Penal; diferentemente de Azeredo, não se abre para dados da imprensa.

Bechara, por seu turno, usa extensamente dados de intuição e complementarmente arrola exemplos retirados de textos literários. Tal qual Haury, não se vale de dados da imprensa, e os exemplos literários não fogem à tradição normativa, funcionando como abonações de orientações prescritivas. A seleção dos autores literários corrobora o ideal de língua oitocentista e inatingível da gramática: entre os mais citados estão o Marquês de Maricá², Alexandre Herculano, Machado de Assis, Camilo Castelo Branco e Luís de Camões.

Como Bechara, Castilho também se vale predominantemente de dados de intuição em sua descrição funcionalista, mas os complementa com dados do projeto NURC. Como autor de uma gramática da língua falada, recusa, de modo explícito, o uso de exemplos literários. Sobre isso, afirma categoricamente:

Para começo de conversa, não acho que os escritores trabalham para ncs abastecer de regras gramaticais. Eles exploram ac máximo as potencialidades da

² Autor de um único livro, póstumo, intitulado *Máximas, pensamentos e reflexões*, o Marquês de Maricá se presta com justeza à tradição didática, pois apresenta frases corretas, com completude de ideia e ensinamento moral. É curiosa a incidência desse escritor nas obras de Bechara, visto que, em outras gramáticas normativas do português, ele costuma ser inexpressivo.

língua, segundo um projeto estético próprio. Ora, as regularidades que as gramáticas identificam devem fundamentar-se no uso comum da língua, quando conversamos, quando lemos jornais, como cidadãos de uma democracia. Isso não exclui a fruição das obras literárias, mas é uma completa inversão de propósitos fundamentar-nos nelas para descrever uma língua (Castilho, 2010: 32)³.

Bagno também diz não se valer de citações literárias no seu percurso de gramatização. Justifica essa escolha lembrando que “o objetivo da educação linguística não é formar grandes escritores, mas sim cidadãos usuários competentes da língua escrita para fins sociais, culturais, profissionais” (2012: 499). É possível que essa exclusão do domínio literário dos dados de sua gramática resulte sobretudo de uma postura político-ideológica em tentar se afastar da costumeira ancoragem tradicional da norma-padrão na literatura. Mesmo assim, os argumentos colocados por ele (e por Castilho) não justificam a negação da literatura das referências do português brasileiro urbano e contemporâneo que se pretende descrever, até porque a modalidade escrita da língua também é objeto de Bagno. Tal exclusão acaba soando como se a literatura também não contribuísse para a formação de usuários competentes da escrita brasileira, o que evidentemente está longe de ser verdade⁴.

Por fim, Perini usa apenas dados de intuição, distribuídos ao longo das descrições e análises gramaticais ou das exposições e explicações categoriais. Em tese, esses dados equivaleriam a dados orais de conversação espontânea, haja vista o foco da gramática ser a língua falada pelos brasileiros. Exemplos da literatura, portanto, passam longe da obra, como em Castilho e Bagno. Nesse ponto, nada de diferente dos trabalhos anteriores de Perini, como sua *Gramática descritiva do português* (1995). Vale salientar que esse procedimento metodológico, resultado da

³ Apesar da recusa explícita da literatura como *corpus*, vez por outra notamos em Castilho excertos literários de escritores como Diná Silveira de Queirós, Mário de Andrade, Jorge Amado e Adonias Filho (2010: 317) a exemplificar descrições morfossintáticas.

⁴ Vez por outra, aparecem até mesmo citações de clássicos da literatura brasileira e portuguesa na gramática de Bagno, mas servindo como evidências de que alguns fenômenos gramaticais próprios da morfossintaxe do português brasileiro resultam de forças conservadoras atuando na língua. Por exemplo, a obra convoca Machado de Assis para abonar o uso do pretérito perfeito composto no lugar do mais-que-perfeito (2012: 579); Luís de Camões para abonar o uso da preposição *em* regendo o verbo *ir* e outros verbos (2012: 620, 869); Pe. Manuel Bernardes, Pe. Antônio Vieira, Alexandre Herculano e mais uma vez Camões para exemplificar variações de concordância verbal típicas do PB contemporâneo (2012: 650, 653); Eça de Queirós e novamente Machado e Camões para legitimar a flexão da palavra *meio* quando atua como advérbio (2012: 672); entre outros baluartes do cânone literário luso-brasileiro, em detrimento de autores contemporâneos.

escolha do autor e não de uma condição inerente ao fazer gramatical, é convenientemente naturalizado na obra: tal particularidade da gramática sequer é mencionada, muito menos as razões que a sustentam.

Vamos, portanto, de uma gramática com dados retirados integralmente de um *corpus* amplo (Neves) até uma gramática com apenas dados de intuição (Perini). No meio, há vários graus de apelo à intuição e a dados retirados de textos literários, ensaísticos ou da imprensa. Como se pode ver, a questão empírica não é nem convergente, nem pacífica. E, no geral, mereceu poucas reflexões dos autores-gramáticos.

Sabemos bem que os dados constituem sempre um grande problema no estudo da linguagem verbal. Primeiro, porque ela é infinita, tornando-se inevitável recortar o objeto empírico e delimitar a natureza e o escopo do *corpus*. A questão crucial aqui é saber que tamanho deve ter o *corpus* para que seja representativo da realidade que se quer estudar. Por outro lado, diferentemente de outros objetos, a linguagem verbal está, ao mesmo tempo, fora e dentro do falante: é social e está nele inscrita cognitivamente. Nesse sentido, o gramático, na condição de falante nativo da língua que gramatiza, pode ser informante de si mesmo, o que induz (e até justifica) a prática corrente em linguística do uso de dados de intuição. Difícil é saber como controlar a dispersão absoluta e como garantir a confiabilidade dos dados.

10.3. À sombra normativa da tradição

A gramática normativa tradicional, desde que Dionísio Trácio, no século I a. C., a conceituou como “o conhecimento empírico do comumente dito nas obras dos poetas e prosadores”⁵, tem apelado para exemplos literários como suporte, abonação ou ilustração de seus juízos. Na tradição luso-brasileira, esta prática teve início com Pedro José da Fonseca, em sua gramática publicada em 1799, em Lisboa, pela Editora Simão Thadeo Ferreira, sem indicação de autoria, e intitulada *Rudimentos da Grammatica Portugueza, cômmodos á instrucção da Mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons Autores* (grifos nossos).

No entanto, como tem sido sobejamente apontado, os exemplos da tradição são sempre seletivamente escolhidos. Quando se deu a famigerada polêmica sobre o projeto do Código Civil Brasileiro, no início do

⁵ Utilizamos aqui a tradução da *Téchnē Grammatikḗ*, de Dionísio Trácio, feita por Chapanski (2003: 21-36).

século XX, o crítico José Veríssimo, avaliando os debates, já afirmava, em texto de 1907, que “nos clássicos há para tudo” (*apud* Pinto, 1978: 254), ou seja, nas grandes obras literárias há exemplos que sustentam tanto um argumento quanto o seu contrário. E isso ocorre porque a gramática normativa, pelo menos na tradição luso-brasileira, nunca se deu ao trabalho de investigar sistematicamente o que estipulou como o uso padrão. Em outros termos, nunca seguiu à risca o que recomendava Dionísio Trácio, isto é, de fato nunca buscou o “conhecimento empírico do comumente dito nas obras dos poetas e prosadores”.

Os gramáticos foram inventando regras (sem assumir a invenção explicitamente) com base muito mais em suas preferências estilísticas do que na observação sistemática dos fatos. O histórico das famigeradas regras de colocação pronominal, entre outros vários casos, mostra, à exaustão, esse *modus faciendi*. As regras, cuja paternidade foi apagada e esquecida, foram sendo repetidas ao longo do tempo e, apesar de seu elevado grau de arbitrariedade, adquirindo um caráter categórico. Em decorrência, os gramáticos foram (e vêm) trazendo à baila apenas os exemplos que sustentam os usos que querem impor. Usos contrários encontrados no mesmo grande escritor são ignorados ou, até mesmo, em alguns casos, condenados. Nesse sentido, os enunciados catados nas obras literárias não são dados efetivos, não pertencem a *corpora* sistematicamente constituídos do “comumente dito nas obras dos poetas e prosadores”; são apenas exemplos dos juízos de valor enunciados aprioristicamente, abonações que reafirmam as regras da gramática, de modo que o gramático pode recortar apenas os exemplos favoráveis à sua prescrição, omitindo os contraexemplos presentes muitas vezes na mesma obra literária (literatura como pretexto) e confundindo escrita literária com língua em quaisquer variações de registro e modalidade.

Desse modo, o princípio de que a gramática normativa depende da gramática descritiva (Bechara 2014: 21) — isto é, o reconhecimento de que a condição de possibilidade das normas é a observação e descrição dos fatos do “bom uso” ou do “uso modelar” — tem sido mais teórico do que efetivamente norteador da prática normativa. Ou seja, o princípio nunca é levado às últimas consequências e o vício histórico das gramáticas normativas de criarem o que dizem descrever (nas perspicazes palavras de Lagares no capítulo 2) acaba sempre por prevalecer.

Reforçando seu entendimento teórico, Bechara (2014: 23) diz que “para fins de elaboração de uma gramática com objetivo do ensino escolar [de caráter normativo], esta terá de apoiar-se na realidade que

lhe apresenta a língua comum escrita, sedimentada não só pela língua literária, mas ainda pela língua padrão a serviço dos textos técnicos e científicos". Ora, o vasto projeto de estudo da língua escrita do Centro de Estudos Lexicográficos da UNESP/Araraquara mostra não poucos casos de conflitos entre "a realidade que apresenta a língua comum escrita" e as normas tradicionais, assim como contradizem "as restrições que tradicionalmente se fazem a determinados usos atestados e vivos" (Neves, 2000: 14).

Como sair desse imbróglio? Levar às últimas consequências o princípio de que o normativo depende do descritivo ou tergiversar? Renovar efetivamente a gramática normativa (como defende Bagno) ou simplesmente reiterar as normas tradicionais em graus diversos de apego (mais estritamente como Bechara e Haury; ou com certa flexibilização, como Azeredo)?

Com exceção de Bagno, nenhuma das demais gramáticas que se proclamam normativas⁶ enfrentou esta questão. Azeredo parecia abrir uma porta ao afirmar (2008: 26) que seu trabalho se norteava por alguns princípios, entre os quais os dois fatos seguintes:

- (b) continuam a ser indevidamente estigmatizadas como 'erros gramaticais' muitas formas e construções regularmente empregadas em textos formais de circulação pública em território brasileiro escritos em português;
- (c) a maioria dos compêndios escolares disponíveis já reconhece a língua dos jornais, revistas e obras não literárias como expressão do uso padrão, mais ainda se revela tímida para a renovação conceitual e descritiva.

No entanto, como mostra Lagares em sua análise aqui publicada, a *Gramática Houaiss* permaneceu ainda tímida e não legitimando "construções regularmente empregadas em textos formais", contrariando o que seria de se esperar face aos fatores norteadores proclamados⁷. A

⁶ Bagno (2012: 109) afirma querer "contribuir na criação de um modelo de referência para as práticas sociais de linguagem que exigem maior grau de monitoramento estilístico na fala e na escrita", podendo "ser considerada **normativa** nesse sentido" [grifo do autor].

⁷ Outros exemplos, para além dos de Lagares: no espaço dedicado à classe dos verbos (sétimo capítulo, item 7.6), Azeredo esmiúça a estrutura dessa classe e apresenta um quadro geral das desinências verbais, a formação dos tempos simples e compostos a partir de longos paradigmas de conjugação verbal, as particularidades flexionais dos verbos, entre outros tópicos cuja descrição em nada difere de um gramática tradicional e normativa do português. A prescrição da conjugação de alguns verbos irregulares é apresentada com dicas de memorização, numa abordagem típica das gramáticas tradicionais e escolares [Modelo misto: **odiar** (*mediar, ansiar, remediar, incendiar, odiar*). Estes cinco verbos – cujas letras iniciais formam o nome próprio **Mario** – são regulares nas formas

legitimidade de determinadas construções linguísticas — consideradas “erros de português” pela tradição purista, mas bem frequentes no repertório linguístico falado e escrito de todos os brasileiros, independentemente de variáveis sociais, econômicas, geográficas, contextuais etc. — é condicionada ao grau de formalidade da situação, de modo que construções próprias do português brasileiro (*Deixem ele entrar, Não sai agora*), presentes inclusive em textos escritos mais monitorados, são descritas por Azeredo como representativas dos usos informais e/ou orais da língua portuguesa do Brasil, e não como próprias de nossa língua a despeito de quaisquer registros e modalidades.

Essa posição de Azeredo (e de Bechara e Haury) favorece a manutenção do enorme fosso existente no Brasil entre a língua gramatizada (norma-padrão) e a língua real dos brasileiros escolarizados (norma culta), pois a obra restringe o uso de certas construções brasileiras a determinado registro, por mais ampla (e culta) que seja sua circulação em termos reais. Nesse cenário, também se percebe a equivocada tendência, tão cara ao senso comum, em associar, por um lado, oralidade a informalidade/coloquialidade e, por outro lado, escrita a formalidade.

Em suma, parece-nos bastante claro que, apesar do recente *boom* gramatical, o imbróglio normativo brasileiro se encontra ainda sem solução, com óbvias consequências negativas seja para o falante (que em suas práticas correntes costuma se sentir inseguro e sem norte), seja para o ensino de língua portuguesa em nossas escolas e para os sistemas de avaliação da educação básica.

10.4. Recortes no objeto-língua

Também relacionado à questão empírica, outro ponto que merece alguns comentários é o que poderíamos chamar de o *grande objeto*

arrizotônicas, mas seguem o modelo de **passar** nas formas rizotônicas: *odeio, odeias, odeia, odiamos, odiais, odeiam; odeie, odeies, odeie, odieimos, odieis, odeiem.*” [grifos do autor] (2008: 190). O paradigma da 2ª pessoa do plural não apresenta as formas *você* e *vocês*, mas apenas *tu* e *vós*, seguidos de suas respectivas desinências número-pessoais, praticamente em desuso no português brasileiro contemporâneo. Abordagem tradicional semelhante se repete em outras partes da gramática, como no trato das distinções aspectuais em português (oitavo capítulo, item 8.7) ou mesmo na parte dedicada à concordância verbal (nono capítulo, item 9.12). Nessas e em outras passagens, Azeredo não leva em conta nada de específico do português do Brasil: a não realização aspectual do pretérito mais-que-perfeito simples ou casos de concordância próprios do português brasileiro, como verbo no singular mediante sujeito posposto, passam longe do descrito na obra.

empírico das gramáticas. A diversidade aqui é tanta que nos perguntamos se as sete gramáticas são, de fato, minimamente comparáveis.

Este *grande objeto* vai de um português *in abstracto*, sem qualquer qualificativo (Bechara e Haug), a um português multiplamente qualificado (o português brasileiro contemporâneo urbano culto, de Bagno), passando por um genérico “português brasileiro” (língua falada por todos os brasileiros, de acordo com Castilho e Perini)⁸ e alcançando alguns recortes menos genéricos e tentativamente mais pontuais (a variedade padrão escrita do português no Brasil, de Azeredo). Por seu turno, Neves não usa a expressão “português brasileiro”, mas remete também a um objeto genérico vinculando-o ao Brasil: “A *Gramática de usos do português* [...] mostra como está sendo usada a língua portuguesa atualmente no Brasil” (2000: 13). Note-se que o uso observado em Neves, ao contrário de Castilho e Perini, se restringe à língua escrita, embora a autora considere que, em seus dados, seja “notável a representatividade da língua falada, encontrada na simulação que dela fazem as peças teatrais” (2000: 14), asserção obviamente passível de controvérsia.

Perini, embora recortando um objeto genérico (o português brasileiro), faz um segundo recorte, distinguindo a *língua falada* e o que ele chama de *língua padrão escrita*, e apontando a primeira como seu objeto. Pouco adiante, requalifica seu objeto como “língua padrão falada”, dizendo que se trata de “uma variedade altamente uniforme e socialmente aceita em todo o país” (2010: 44-45). Aqui vale frisar a equivalência indevida entre a pouco clara expressão “língua falada padrão” e o termo “variedade”, o que reflete a falta de discussão na obra sobre essas importantes questões de ordem teórica, antecedendo a descrição gramatical. Num terceiro plano, Perini ainda delimita a “língua falada padrão” a situações de informalidade, ao afirmar que se dedica às “formas que ocorrem no contexto falado informal — não em textos publicados, nem em discursos formais de posse ou formatura” (2010: 21). Em determinadas passagens, assume essa “fala informal” enquanto “linguagem coloquial ou descuidada”⁹. Portanto, é com essa realidade linguística, a *norma culta falada brasileira em contexto informal*, que esse autor

⁸ Em Castilho e Perini, lê-se, por exemplo: “a expressão para designar a identidade linguística dos brasileiros” (Castilho, 2010: 31); “a gramática da língua falada no Brasil por mais de 187 milhões de pessoas” (Perini, 2010: 19); e “o PB é conhecido e usado constantemente pela totalidade dos brasileiros” (Perini, 2010: 20).

⁹ Como se vê, por exemplo, em “*Haver* ocorre raramente, em geral no contexto de linguagem cuidada; *ter* é a forma normal” (Perini, 2010: 79); ou em “Essas formas

trabalha, ainda que não a defina nesses termos. Ao fim e ao cabo, fica-se com a impressão de um objeto muito fluido, sem limites claros — impressão que se reforça pelo fato de Perini não fazer uso de *corpus*, mas tão somente de dados de intuição.

As declarações genéricas sobre um (grande) português brasileiro — o PB, que seria universal e até mesmo uniforme na sociedade brasileira — não deixam de ser surpreendentes. Esse grande objeto tem efetiva materialidade ou é, por ora, apenas uma invenção teórica dos linguistas?

A pergunta nos pareceu pertinente, principalmente considerando que o panorama sociolinguístico brasileiro revela uma profunda divisão entre dois conjuntos, com graus variados de aproximação e distanciamento: o das variedades chamadas de *populares* e o das variedades chamadas de *cultas*, havendo, como bem sabemos, pesados estigmas sociais recaindo sobre as variedades que constituem o primeiro grupo. Ou seja, na sociedade brasileira, a língua, em sua heterogeneidade, funciona também como poderoso divisor social. Nesse contexto, apelar, sem qualquer nuance, para expressões genéricas não seria um meio de apagar o drama sociolinguístico do país? Podemos efetivamente afirmar que esse grande, universal e uniforme PB designa a identidade linguística dos brasileiros, quando a língua no Brasil é também poderoso fator de discriminação social?

Fazer uma gramática dos usos linguísticos dos habitantes de um país de dimensões continentais como o Brasil requer alguns recortes intransponíveis, em particular pela própria magnitude da empreitada. Tais recortes correm o sério risco de se contrapor a uma concepção de língua variável e mutável, praticamente irrefutável a essa altura dos estudos linguísticos. Assim, cria-se um paradoxo quando se gramatiza a partir de uma perspectiva heterogênea de língua: se, por um lado, o reconhecimento da diversidade geográfica, social, etária, situacional etc. do PB evita uma descrição anacrônica e irreal da nossa língua, por outro ocasiona alguns questionamento e possíveis impasses de saída. Afinal, diante da impossibilidade de levar em conta todas as suas variedades, qual(is) dela(s) descrever? Que formas linguísticas reais, em detrimento de outras formas linguísticas também reais, devem estar contidas nessa descrição? A partir do momento em que o gramático estabelece um recorte no seu objeto heterogêneo para poder gramatizá-lo já não estaria

redundantes [Ela me deu *para mim* um suéter e Eu vou te contar *para você* uma história incrível] parecem mais coloquiais, menos cuidadas que as outras” (2010: 118).

deixando de trabalhar com a variação concreta a favor da busca de uma forma essencial, abstrata e de maior valor axiológico?

Um caso simples para ilustrar: o paradigma verbal brasileiro apresenta usos como "a gente fala" e "nós fala", ambos distantes da forma-padrão "nós falamos", por sua vez também recorrente em muitas comunidades linguísticas. Seriam essas três formas contempláveis na descrição gramatical do português brasileiro? Se o linguista/gramático deixar uma delas de fora, por exemplo a menos prestigiada ("nós fala"), não estará caindo na mesma armadilha metodológica da tradição gramatical greco-romana, que legitima determinados usos em detrimentos de outros pelo crivo, consciente ou não, da sua própria variedade linguística?

Curiosamente, essas questões cruciais são evitadas por praticamente todas as novas gramáticas, salvo a de Bagno, cujo capítulo 3 é uma introdução do tema. Esse autor tenta resolver tais impasses metodológicos valendo-se de um dispositivo teórico da sociolinguística, as noções de *traços graduais* e *traços descontínuos*. Em síntese, os traços graduais aparecem na fala de todos os brasileiros, independentemente de sua origem regional, social etc., ainda que a forma linguística não corresponda ao padrão-ideal. Valendo-se da situação hipotética apresentada acima, um bom exemplo seria a construção "a gente fala". Já os traços descontínuos são aqueles que aparecem predominantemente na fala dos brasileiros com nenhuma ou pouca escolarização, sofrendo, por conseguinte, a maior carga de discriminação e preconceito na nossa sociedade. "Nós fala" pode ilustrar esse último conceito.

A partir dessa divisão, a *Gramática pedagógica* de Bagno se assume como uma *gramática descritiva dos traços graduais da nossa língua materna*, isto é, dos usos que, a exemplo de "a gente fala", ocorrem em *todas* as variedades do PB. Recorta, assim, um objeto, a que dá o nome de *vernáculo geral brasileiro*. Não escapa, portanto, de um objeto genérico, mas, com base nos traços graduais, lhe dá uma delimitação nuançada em sua generalidade. Afirma a existência de uma norma urbana culta (também chamada de português brasileiro contemporâneo culto ou português brasileiro contemporâneo urbano culto), sem, contudo, esclarecer se os dois objetos (o vernáculo geral brasileiro e a norma urbana culta) se equivalem ou se o segundo deve ser recortado do primeiro.

Os demais autores-gramáticos poderão, claro, argumentar que não tratam do panorama sociolinguístico brasileiro porque estão centrando a atenção numa variedade específica: a usada na escrita dita padrão, ou formal, ou monitorada, ou culta. No entanto, nos parece que, num

contexto linguístico tão complexo quanto o do Brasil, para bem delinear essa variedade (que, note-se, recebe múltiplas designações nas gramáticas) é preciso situá-la na realidade sociolinguística do país, sob pena de continuarmos enredados num discurso que remete a termos nunca claramente definidos, tais quais *falantes cultos*, *falantes letrados*, *comunidade culta*, *tradição culta*, *norma/língua/variedade/modalidade padrão*. Essa terminologia difusa e desconcertante, que se dá não só entre as diferentes gramáticas, mas até mesmo no interior de cada uma delas, tende, no frígido dos ovos, a reforçar a prática arbitrária que norteou tradicionalmente a caracterização da língua.

Numa primeira leitura, nos pareceu que essa situação está a pedir que a navalha de Ockham entre urgentemente em ação. No entanto, é mais plausível acreditar que a dispersão terminológica é um claro sintoma de que a linguística brasileira não conseguiu ainda uma saída consistente para o imbróglho normativo nacional. Daí se perder na imprecisão e na multiplicação terminológica.

Os estudos dialetológicos e sociolinguísticos têm, sem dúvida, ampliado a descrição da heterogeneidade do português falado e escrito no Brasil. Apesar disso, fica a impressão de que os linguistas brasileiros não acharam ainda o modo de operar de forma consistente com a chamada polarização sociolinguística da sociedade. Talvez a recente publicação da tese de Dante Lucchesi (2015) traga subsídios para a retomada dessa complexa questão.

10.5. Permanência e inovação

Essa conjuntura nos leva a refletir sobre outra declaração de fé que se encontra nos sete autores-gramáticos. Todos são unânimes em afirmar que seus trabalhos são essencialmente descritivos (mesmo aqueles que se apresentam também como normativos).

Por exemplo, Neves (2000: 14) intenta prover uma descrição dos usos efetivos dos itens da língua, compondo uma gramática referencial do português. Afirma que sua *Gramática* não é em princípio normativa e que a norma de uso tradicional é invocada apenas comparativamente. Apesar disso, Gonçalves, em seu capítulo neste livro, mostra que o discurso de Neves não deixa de revelar alguma ambiguidade, levando o eventual consulente a ficar sem saber se a autora subscreve a posição da gramática normativa à qual se refere ou se, simplesmente, está a invocá-la para confirmar que, não obstante a gramática normativa

tradicional prescrever determinado uso, o *corpus* documenta esse uso e também o seu contrário.

Castilho (2010: 45-48), por seu turno, chega a detalhar os postulados e princípios metodológicos da gramática descritiva. Perini (2014: 58) insiste que o primeiro compromisso de qualquer estudo científico é com os dados que a realidade observada nos fornece. Bechara (2014: 21) assevera que a gramática normativa depende da gramática descritiva, enquanto Hany (2014: 33) define sua obra, além de normativa, como descritiva e crítica. Azeredo (2008: 26) afirma que, embora sua gramática pretenda ser uma fonte de informações sistematizadas sobre o português padrão do Brasil, o enfoque dado é essencialmente descritivo. Posição semelhante é a de Bagno (2012: 108-109), que pretende contribuir com a criação de um modelo de referência (normativo) para as práticas orais e escritas que exigem maior grau de monitoramento estilístico, mas se assume como autor de uma gramática descritiva dos traços graduais da nossa língua materna.

Há, aparentemente, na crença de nossos sete autores, o pressuposto de uma espécie de sobreposição de descrição e ciência (um trabalho é científico porque é descritivo). Entretanto, parece também estar claro para eles que a chamada adequação observacional, embora necessária, não seja suficiente. Daí todos trilharem os caminhos das teorizações — inclusive Perini, que, se em suas últimas publicações¹⁰ se lamenta de não possuímos uma teoria linguística suficientemente desenvolvida para isolar todas as questões teóricas, metodológicas e terminológicas que envolvem a descrição de uma língua, se filia a certos princípios de orientação descritivista, em particular ao princípio da sintaxe simples (*Simpler Syntax*), proposto por Culicover & Jackendoff (2005)¹¹. Enquan-

¹⁰ Nos dois últimos livros de Perini sobre descrição gramatical, lê-se, por exemplo: “Não pretendo discutir as razões pelas quais as teorias são frágeis, muito menos sugerir soluções. Ofereço aqui uma introdução às técnicas de análise linguística: técnicas de obtenção de dados, de sistematização e de interpretação superficial, sem as quais, acredito, nunca vai ser possível elaborar teorias mais sólidas do que as atuais” (Perini, 2006: 11); “Minha opinião é que a pesquisa linguística precisa ser muito mais baseada em dados do que tem sido nos últimos tempos; que faltam dados, sistematicamente descritivos, que deem apoio à maioria das análises e teorias; e que o trabalho de levantamento de tais dados é algo que se deve encorajar pelo menos tanto quanto o de elaboração de novos modelos e teorias. Em outras palavras, sem desprezar a explicação, falta descrição” (Perini, 2008: 33).

¹¹ *Grosso modo*, o princípio da sintaxe simples (originalmente uma hipótese – *Simpler Syntax Hypothesis*) prevê que “a teoria sintática mais explicativa é a que atribui o mínimo de estrutura necessário para mediar entre a fonologia e o significado” (Perini, 2008: 74). Além disso, o princípio também postula que “uma análise é tanto mais simples

to isso, os demais gramáticos percorrem diferentes direções teóricas, desde o recurso a teorias ditas funcionalistas (por exemplo, Neves e Castilho) até a adesão quase exclusiva aos moldes da tradição greco-latina (por exemplo, Bechara e Haury) — ou, para usar os termos de Vieira neste volume, aos moldes do *paradigma tradicional de gramatização* (PTG).

Ao apreciar o conjunto das sete gramáticas, parece inegável que esse saber tradicional, elaborado pela cultura greco-latina (aquele misto de elucubrações lógico-filosóficas, de normas de correção e de preceitos estilístico-retóricos), é ponto de partida inescapável das teorizações gramaticais dos nossos autores-gramáticos, para não dizer da linguística moderna como um todo. E isso, claro, não é um mal. Afinal, atualmente parece mesmo impossível, no estudo das línguas naturais, não trabalhar com as milenarmente famosas *partis orationis* e não segmentar pelo menos as sentenças, classificando funcionalmente seus constituintes.

No plano teórico, observamos, então, diferentes aproximações das gramáticas ao PTG. Haury é a que está mais perto desse paradigma, até porque define seu trabalho precisamente como “uma tentativa de sistematização da tradicional teoria gramatical do português acadêmico”. Seguem-lhe Bechara e Azeredo. Por outro lado, todos os três também incorporam ao arcabouço tradicional, em maior (Azeredo e Bechara) ou menor (Haury) quantidade, elementos retirados de estudos linguísticos.

Nesse aspecto, é interessante lembrar que Bechara apresenta seu trabalho como vinculado a um movimento que ele classifica de renovação e modernização da gramática que, segundo esse autor, se deu com a operacionalização de “novos conceitos e distinções que a ciência ia pondo em prática” (Bechara, 2014: 24). Em direção semelhante, Azeredo (2008: 26) avalia que “a análise e o ensino do português escrito no Brasil ao longo do último século estão amparados numa tradição descritiva que obviamente precisa ser revista, mas nunca ignorada”. Se por um lado essa gramática tem urgência em se deslocar de posicionamentos tradicionais, por outro ela também explicita a necessidade de guardar semelhanças com essa mesma tradição, muito por seu autor acreditar

quanto mais uso fizer da descrição dos fatos” (Perini, 2008: 71). É relevante frisar que esses fatos têm a ver com a estrutura, e não com o uso da língua. Ou seja, os fatos gramaticais seriam de natureza estritamente formal, semântica ou simbólica, desligados de um possível contexto linguístico ou situacional. Em suma, através de caminhos bem diferentes dos tomados pelas gramáticas tradicionais, Perini continua deixando de fora a possibilidade de uma descrição gramatical que transcenda a sintaxe do período e dê conta da interface gramática-texto-discurso.

que esse modelo ainda tem contribuições a oferecer ao ensino da língua materna entre nós, como defende em Azeredo (2014).

E é exatamente isso que podemos perceber na *Gramática Houaiss*: a tentativa de conciliar o pleito do contexto sócio-histórico da virada linguística/pragmática com a crença na utilidade teórica, taxionômica, terminológica e conceitual da tradição:

INOVAÇÕES DESCRITIVAS E TERMINOLÓGICAS	FIDELIDADE À TRADIÇÃO
Reconhecimento da necessidade de se renovar e arcabouço categorial e conceitual da tradição em vários pontos, ainda que se teme o apanhado tradicional por base.	Reconhecimento de que o arcabouço categorial e conceitual da tradição permanece válido em diversos pontos, podendo servir como lastro que subsidie inovações descritivas.
Consideração do texto como cenário em que atuam as categorias gramaticais descritas.	Assunção da "oração", devido a sua caracterização formal precisa, como unidade fundamental e máxima da estrutura gramatical.
Abordagem da sintaxe em que o sintagma (nominal, verbal etc.) e seus tipos são categorias fundamentais à descrição.	Distinção entre coordenação e subordinação como fundamentais à descrição do período composto.
Apresentação de diferentes arranjos para a divisão das palavras em classe, de acordo com os critérios lógico-semântico, morfossintático e sintagmático, discriminados e aplicados individualmente.	Consideração das classes de palavras tradicionais, caracterizadas a partir de uma heterogeneidade de critérios, como categorias fundamentais a toda descrição morfossintática,
Crítica à noção de termo acessório da oração, discussão sobre a noção de gênero como flexão ou derivação, ampliação da categoria "grau" para além dos adjetivos, apresentação de novas propostas de categorização de pronomes, artigos e numerais, entre outras inovações descritivas.	Utilização da grande maioria dos termos vinculados à tradição gramatical, em particular à NGB, na abordagem das classes de palavras, da morfologia flexional e da sintaxe do período simples e composto.

QUADRO 10.1 – Deslocamentos e permanências em Azeredo (2008).
Fonte: elaborado pelos autores.

Há aqui uma questão epistemológica de fundo que, segundo entendemos, não foi ainda suficientemente filtrada por um viés crítico. Há quem aceite sem maiores problematizações a incorporação à gramática tradicional de teorizações vindas da linguística. Castilho chega mesmo a dizer que se trata de assunto resolvido, como podemos ler neste trecho de sua gramática (2010: 33):

Deixando de lado uma bisonha repulsa aos achados da Gramática tradicional, este livro mostra como as pesquisas linguísticas, na verdade, aprofundaram e enriqueceram esses achados, operando a partir de princípios e aplicando uma metodologia segura. Ou seja, a oposição "linguista *versus* gramático", bastante cultivada nas décadas de 1960 e 1970, fase em que a linguística moderna se implantou no Brasil, foi superada pela pesquisa científica. Gramáticos aprimoraram

sua formação. Linguistas passaram a ocupar-se com a redação de gramáticas. E todos viveram felizes para sempre.

Gostaríamos, talvez, de poder compartilhar da mesma certeza. Contudo, temos sérias dúvidas: será que chegamos mesmo a um final para essa questão? E será, de fato, um final feliz?

Também a nós não parece adequada a “repulsa aos achados da gramática tradicional”. No entanto, temos dúvidas de que a simples agregação à gramática tradicional de elementos saídos das teorizações linguísticas possa ser feita pacificamente. Parece-nos, assim, que está ainda aberta a investigação das condições de possibilidade desse procedimento. Mulinacci (neste volume) levanta questões muito pertinentes para uma necessária leitura crítica de seus fundamentos e resultados.

Bagno, Castilho, Neves e Perini escrevem suas gramáticas sem seguir estritamente o arcabouço categorial e conceitual da tradição greco-latina. Dos quatro, Perini é quem trabalha mais solto, dizendo que tentou “utilizar um corpo de categorias teóricas de aceitação mais ou menos geral” (2010: 25). Não abandona, portanto, a tradição integralmente, mas a assume naquela perspectiva tão bem discutida por Borges Neto (2013a) de seu uso naturalizado e protocolar. De certa maneira, esse procedimento não poderia ser diferente e também é comum às demais gramáticas, haja vista termos como *verbo*, *concordância*, *preposição*, *sujeito*, *coordenação* e *subordinação*, o nome dos modos e tempos verbais, as categorias flexionais envolvendo as classes de palavras etc. terem livre trânsito da esfera da doutrina gramatical ao domínio dos estudos linguísticos. Essas categorias fazem parte de uma terminologia linguístico-gramatical relativamente estável, como defende o próprio Perini em obra de 2008¹².

Neves, por seu turno, afirma que sua gramática “parte das tradicionais classes de palavras, ponto de partida escolhido apenas porque o leitor, ou consulente comum, sem ser conhecedor do assunto, vai poder situar-se na sua busca, para chegar ao que quer saber” (2000: 13). Vê-se aí, novamente, o uso protocolar da tradição, da qual também se afasta ao apontar para o fato de que as classes estão reordenadas “segundo os processos que dirigem a organização dos enunciados para obtenção do sentido do texto: a predicação, a referenciação, a quantificação e a

¹² M. A. Perini (2008). *Estudos de gramática descritiva: as valências verbais*. São Paulo: Parábola Editorial.

indefinição, a junção" (2000: 13). Castilho e Bagno não ficam atrás e também utilizam elementos da tradição, reordenando-os, renomeando-os e ampliando seu rol e sua conceituação com elementos trazidos das teorias da linguística.

Esse uso naturalizado e protocolar da tradição em todas as gramáticas, mesmo quando retrabalhada com maior ou menor ênfase, aponta para uma outra importante questão de fundo. Por mais que aparentemente estejam distantes de um molde estritamente tradicional, todas as gramáticas se pautam pela mesma grande metafísica da tradição: são todas essencialmente taxonômicas.

Não há, claro, mal algum em se trabalhar taxonomicamente. Afinal, ordenar os fatos é um passo indispensável na atividade científica. Entretanto, se o conjunto das novas gramáticas ampliou consideravelmente as taxonomias, claramente não conseguiu ultrapassar esse patamar. E esta limitação não lhe é exclusiva. No fundo, apesar dos debates epistemológicos provocados principalmente pelas intervenções de Chomsky nas décadas de 1950 e 1960, a linguística em geral continua uma ciência fundamentalmente classificatória. Variam os critérios, mas o produto continua essencialmente taxonômico.

10.6. Gramática(s) e ensino

Por último, parece-nos importante comentar o modo como cada autor-gramático se posiciona sobre a relação gramática e ensino.

Castilho e Neves não tratam dessa relação em suas respectivas gramáticas. Neves, no entanto, conhecida pelo seu envolvimento com esse tema em outras obras, deixa claro, em seu texto publicado em Neves & Casseb-Galvão (2014), seu compromisso com a inserção de atividades ligadas à gramática na escola. E aponta as coordenadas gerais que, segundo ela, deveriam pautar essa inserção (2014: 73):

A proposta é de um caminho que se faça por uma reflexão que penetre a produção de sentido e de efeitos, o que seguramente leva a uma apropriação de gatilhos que disparem usos apropriados e significativos em cada diferente situação: cada um falando e escrevendo, confortavelmente e com a felicidade da facilidade, em sua língua.

Nessa imprescindível noção de sociocomunicação envolvida, inclui-se a consideração das tensões entre a linguagem natural do falante e as pressões de atuação social com a linguagem, o que implica um confronto entre as normas prescritivas

e o uso efetivo das formas da língua. Essa tensão é crucial nas decisões sobre a condução escolar dos estudos de língua materna, e merece ser referido nas obras gramaticais.

Em suma, pensar o ensino de gramática não como um saber em si, mas como um meio vinculado à produção de sentidos e de efeitos, sem deixar de enfrentar a questão normativa. Nesse ponto, contudo, essa autora nada diz sobre que caminhos se pode trilhar quando as normas prescritivas conflitam abertamente com o uso efetivo das formas da língua.

Azeredo tem, no geral, entendimento muito semelhante. Defende que se ensine gramática, especificamente a da variedade padrão escrita, como meio e não como fim. Afirma que o domínio da competência produtiva e receptiva na variedade/modalidade escrita padrão não se dá como mera “soma de preceitos para uma suposta ‘arte do uso correto da língua’” (2008: 27), mas advém das práticas de leitura e escrita, acrescidas da reflexão gramatical.

Não muito distante disso, Bagno entende que “o ensino da leitura e da escrita, e o acesso aos discursos sociais que se valem delas, é a tarefa primordial da educação em língua materna na escola” (2012: 29). É favorável que a isso se acrescente a reflexão sobre a língua e seus usos. Em outras palavras, segundo o autor, a reflexão linguística deveria passar a ser feita primordialmente através de atividades epilinguísticas. Isso também significa que o funcionamento dos recursos linguístico-gramaticais deveria ser analisado a partir de textos autênticos falados e escritos, num enfoque semântico-pragmático-discursivo, já que estão em função da produção de sentido na interação social. Conclui o autor que não há cabimento na pergunta “é ou não é para ensinar gramática?”,

já que a resposta é *sim* ou *não*, dependendo da concepção de gramática que se tem em mente: *sim*, *sim* e *sim* para a gramática como apreensão dos sentidos de um texto e dos mecanismos linguísticos que permitem a produção desses sentidos; *não*, *não* e *não* para a rotulação estéril, a classificação mecânica, a decoreba que ofende a inteligência (Bagno, 2012: 31).

Bechara e Haug também se posicionam claramente a favor do ensino de gramática, em especial de sua direção normativa. O olhar de ambos está focado, praticamente de forma exclusiva, no ensino da “língua-padrão modelar” (Bechara) e da “norma-padrão” (Haug) — ou que outro nome utilizem para designar esse objeto. Bechara se diz contrário ao purismo inflexível, mas não deixa claro como conciliar a concepção que acolhe de Tonnelat (de que o ensino escolar tem de se assentar

necessariamente numa regulamentação imperativa) e uma postura que concebe a norma como elástica e contingente (2014: 20-21); ou como conciliar a rigidez das citações que faz de João Ribeiro com a moderação presente nos trechos selecionados de Machado de Assis (2014: 26-28). Por seu turno, Haury afirma que sua gramática tem fins didáticos e é focada no ensino do que chama, entre outras denominações, de norma-padrão. Embora diga que tal ensino “nada tem a ver com a imposição de normas da língua culta às mais variadas camadas linguísticas, como uma camisa de força” (2014: 37), não avança na direção que entende ser o norte do ensino de gramática.

Em contrapartida, Perini vai em direção oposta a dos seus seis colegas gramáticos ao afirmar:

Estudar gramática não leva, nunca levou ninguém a desenvolver suas habilidades de leitura, escrita ou fala, nem sequer seu conhecimento prático do português escrito padrão. Essas habilidades podem e devem ser adquiridas, mas o caminho não é estudar gramática. Podemos gostar disso, ou podemos não gostar – mas é um fato (Perini, 2010: 18).

Perini se afasta da premissa recorrente nos demais de que conhecer gramática é útil para o domínio das práticas de fala, leitura e escrita e para o conhecimento prático da variedade/norma/língua/modalidade escrita padrão. Nesse sentido, Perini se aproxima das crenças de Jan Comênio que, em sua *Didactica Magna*¹³, defendia que “as línguas devem ser aprendidas mais com a prática do que por meio de regras”; e que “não se deve aprender nenhuma língua a partir da gramática, mas a partir de autores apropriados”. Convém reconhecer que a premissa de que a gramática contribui para o ensino de leitura, escrita e oralidade (da qual Perini se afasta muito por conta de sua concepção de gramática centrada na análise estrutural de sentenças abstratas) nunca foi cabalmente demonstrada. É uma crença que estava já em Quintiliano (o conhecimento de gramática como meio, como saber auxiliar na formação do orador) e que se vem praticando, ao longo dos séculos, sem maiores críticas.

Por outro lado, Perini não descarta o estudo gramatical na escola. Defende que se dê a ele outra justificação — que se trate a gramática como uma disciplina científica e que se a pratique como parte da formação científica dos alunos. Cabe ao ensino de gramática, segundo Perini, oferecer aos alunos um método para analisar e descrever fatos da língua. No entanto, a despeito desse componente pedagógico de sua

¹³ Edição publicada em 1627, em tcheco, e 1631, em latim.

concepção de gramática, o texto de Perini parece mais adequado a pesquisadores, professores e estudantes de letras, do que ao universo escolar e ao público em geral.

Como se pode constatar, a maioria dos novos gramáticos defende o ensino de gramática, mas como meio e não como fim. Meio para desenvolver o domínio das práticas de leitura e escrita, para dominar a variedade/norma/modalidade padrão escrita (ou que nome tenha) e/ou para contribuir para a formação científica dos alunos. Entretanto, nenhum deles detalha em sua obra como desenvolver o ensino que defendem¹⁴. Se avançassem nessa trilha, haveria certamente muitas divergências quer na delimitação dos conteúdos, quer na definição dos procedimentos didáticos, porque as crenças não coincidem para além de algumas coordenadas muito gerais. Mas nem por isso as obras estão imunes a outros tipos de divergências.

Há, por exemplo, divergência já na própria concepção de gramática que subjaz ao discurso de cada um desses gramáticos, desde uma concepção mais estrita, como ensinar a terminologia e as regras prescritivas (parece ser esta a perspectiva de Bechara e Haug) até uma concepção mais genérica e, note-se, à espera ainda de detalhamento, como desenvolver reflexões sobre a língua e seus usos (parece ser esta a perspectiva de Azeredo e Bagno — cada um, claro, a partir de sua própria ótica).

Apesar dessa asserção geral de que o ensino de gramática é um meio (o que parece ser uma crença comum entre os linguistas brasileiros que se envolvem com questões de ensino), é preciso reconhecer que, no cotidiano escolar, o ensino de português continua centrado no ensino de gramática como um fim e pautado pela pior escolástica. A gramática é tratada como um saber acabado e seu conteúdo é apresentado na velha sequência: termos, conceitos imprecisos, exemplos e exercício de identificação ou de aplicação de paradigmas morfossintáticos.

¹⁴ Quem mais se aproxima desse intento é Bagno, que apresenta, dentre outras intervenções didáticas, reflexões sobre as consequências pedagógicas do fenômeno linguístico-gramatical abordado e sugestões de mudança e/ou aprimoramento da prática do professor. Dois exemplos: sobre concordância nominal, conclui que “em sala de aula, é imprescindível chamar a atenção dos alunos, principalmente na produção escrita mais monitorada, para as marcas (redundantes, pleonásticas, tautológicas) de concordância que devem ser aplicadas a todos os elementos do sintagma em questão” (2012: 707); sobre a oposição demonstrativa *este* vs. *esse*, adverte ser “perda de tempo tentar inculcar nos aprendizes uma diferença entre *esse* e *este* que não existe mais na língua e que não é rigorosamente seguida nem sequer pelos que produzem gêneros escritos mais monitorados [...]” (2012: 795).

Nesse contexto tão datado quanto presente, o conjunto das sete *gramáticas brasileiras contemporâneas do português*, se comparadas às que as precederam, amplia consideravelmente a apresentação de fatos da língua e traz à baila muitas das discussões teóricas que têm ocupado a linguística brasileira nas últimas décadas em consonância com as tendências internacionais. Desse modo, há, com sua publicação, inegáveis ganhos teóricos e empíricos para todos que estudam a língua portuguesa, sejam especialistas ou não. Resta-nos esperar que possam provocar uma retomada crítica do ensino de português que redunde em avanços concretos na pedagogia da língua.

Como procuramos mostrar neste livro, há, nas duas dimensões (teórica e empírica), problemas não enfrentados e dos quais não podemos continuar fugindo. Nesse sentido, essas sete gramáticas constituem um momento precioso não só para a gramaticografia e o ensino do português, mas principalmente para motivar um sempre necessário debate epistemológico crítico da linguística como ciência.